



TOCHA



Órgão Oficial de Informações do Sindipetro São José dos Campos - 02/04/2012 Nº 6 de 2012

Fraudes em contratos e licitações desviam recursos públicos

Todos os contratos de prestação de serviços e materiais para a Petrobras são fiscalizados?

Todos os trabalhadores acompanharam boquiabertos as denúncias recentes veiculadas na mídia sobre fraudes em licitações envolvendo todas as esferas de governo. Só que o problema é muito mais grave e envolve, certamente, quase todas as empresas geridas pelo governo, direta ou indiretamente.

Isso porque o mesmo sistema capitalista corrupto que funciona em um ministério, funciona em uma ex-estatal gerida pelo governo, em uma secretaria municipal, na compra de remédios, merenda escola etc. Só as fraudes nas licitações apontadas neste último escândalo causaram um rombo de R\$ 500 milhões nos cofres públicos.

E por que vocês acham que os partidos sempre se vendem para o governo eleito? Para meter a mão em uma secretaria, em um ministério ou na gerência de uma ex-estatal, por exemplo, ou de um fundo de pensão.

Com o controle administrativo nas mãos, os políticos no comando da instituição podem falsificar as licitações e roubar recebendo por fora para fazer uma empresa

ou outra vencer uma licitação. O esquema é tão descarado que está cheio de empresas dos próprios políticos fraudando licitações do governo.

São essas fraudes em licitação que estouraram os escândalos da compra de ovos pela prefeitura de Taubaté no valor de R\$ 94, a unidade, e na compra de carros de R\$ 90 a 100 mil em Caçapava, quando o valor de mercado é de R\$ 24 mil.

Na Petrobras não deve ser diferente, já que a briga pelos partidos da base do

governo para controlar a empresa é monstruosa. Não existe transparência sobre os contratos para o fornecimento de alimentação, uniforme, maquinário, materiais de escritório, de limpeza etc. Na maioria das vezes, tudo fica acertado entre os amigos do rei.

E o prejuízo que fica vai para os passivos da empresa, que depois servem como desculpa para negar as reivindicações dos trabalhadores.

PLR 2011

Recebemos proposta de PLR futura em 23 de dezembro de 2011, em que a empresa esperava indicação favorável. Em 5 de janeiro, solicitamos reunião para apresentação da proposta de PLR futura e discutirmos a PLR 2011. Houve uma reunião em 1º de fevereiro em que a direção da empresa apenas apresentou a PLR futura, tirando dúvidas, mas sem abordar a PLR 2011, alegando que agendariam data para essa negociação.

Reitereamos a solicitação de reunião em 29 de fevereiro. Em 7 de março, em reunião de

SMS, cobramos reunião para este fim direto do gerente de RH, que se manteve inerte.

No dia 19 de março, foi feita nova cobrança ao gerente de relações sindicais. Ele respondeu no mesmo dia que ainda estão em análise dos dados referentes ao assunto e tão logo tenha uma posição agendará reunião.

Diante da inércia da empresa, nós estamos realizando assembleias com os trabalhadores para discutir movimentos a fim de forçar a empresa a negociar. Nós queremos discutir o montante da PLR 2011 antes da PLR futura.

O SINDIPETRO/SJC ESTÁ DE PORTAS ABERTAS. ASSOCIE-SE!

Ao se aposentar, não assine o Termo de Permanência na empresa!

O texto do regulamento da Petros difere do texto do Termo de Permanência que a empresa exige que o trabalhador em vias de se aposentar pelo INSS assine. Ao se aposentar no INSS, não há necessidade de o trabalhador se afastar da empresa e o complemento Petros caberá para quem recebe o benefício do INSS.

O Termo de Permanência menciona no seu primeiro item:

“O benefício supletivo de aposentadoria de Plano Petros do Sistema Petrobras será devido a partir do dia seguinte ao desligamento da Petrobras.”

Ocorre que o regulamento Petros de 1985 menciona em seu Art. 23:

“A suplementação da aposentadoria por tempo de serviço será concedida ao mantenedor-beneficiário, desde que tenha completado a idade mínima de 55 anos e enquanto lhe for concedida a aposentadoria por tempo de serviço pelo INSS.”

Diante do regulamento da Petros, há divergência com o Termo de Permanência que a empresa quer que o empregado assine.

Quem não repactuou é regido pelo regulamento da data que ingressou na empresa. Portanto, não é preciso assinar o Termo de Permanência.

Quem repactuou fez um novo contrato e a Petros alterou o regulamento em 2008,

logo após a assinatura da repactuação. Cabe discutir a validade dessa exigência.

Portanto, quem assinou o Termo de Permanência deve solicitar o documento de volta.

DAE (DESCRIÇÃO DE ATIVIDADE DO EMPREGADO)

Outra observação importante a fazer é que o empregado em vias de aposentadoria não precisa preencher a DAE (Descrição de Atividade do Empregado) para obter o PPP, pois cabe a empresa saber exatamente onde o empregado exerceu suas atividades.

Petros cobre rombo de empresa à beira da falência

Não é a primeira vez que isso ocorre, mas está ficando cada vez mais irresponsável a gerência do fundo Petros. A gestão do plano faz e desfaz dos recursos do nosso fundo e previdência complementar em operações suspeitas e arriscadas. Não se sabe até onde vai o interesse da direção do fundo e do governo sobre os negócios realizados.

A famosa Operação Camargo Correa-Itaúsa foi o caso mais famoso de aplicação de bilhões dos

recursos da Petros para tirar a iniciativa privada do buraco. Agora a Petros, o BNDESPar, o GP Investimentos e a San Antonio Brasil devem fazer um aporte de R\$ 350

milhões para salvar a Lupatech, uma fabricante de equipamentos para o setor de petróleo.

Só que esse salvamento financeiro não foi discutido e nem ao menos consultado aos conselheiros da Petros, eleitos pelos participantes para representar a categoria no nosso fundo de pensão. Estão jogando alto e

arriscando com o dinheiro dos trabalhadores.

A gerência da Petros não precisa da autorização dos conselheiros da Petros, mas se o negócio fosse bom por que esconderiam? Qual é o interesse em investir em uma empresa prestes a falir? Por que não se vê operações suspeitas como essa, por exemplo, na Previ?

O que sabemos é que se houver prejuízo quem vai perder a aposentadoria complementar pela qual pagou durante anos somos nós. Em caso de prejuízo, tanto a direção do fundo quanto o governo vão lavar as mãos e dar no pé.



Chevron é a cara do desrespeito com a soberania nacional

A petroleira americana Chevron está cada vez mais enrolada em denúncias de operação ilegal, danos ambientais e maracutaias para esconder a ganância e as falhas na perfuração de poços no mar. Isso é resultado da entrega da exploração do petróleo nacional para petroleiras estrangeiras.

A empresa foi responsável pelo vazamento de 2.400 barris de óleo no Campo de Frade (RJ), em novembro. Segundo a Polícia Federal e o Ministério Público, a empresa teria agido de forma premeditada porque sabia dos riscos de vazamento. A petroleira teria usado pressão além do permitido para cavar mais fundo e alcançar a camada pré-sal do Campo de Frade, ou seja, a empresa queria roubar o petróleo do pré-sal.

A Chevron causou uma rachadura em um reservatório de petróleo enquanto tentava alcançar o pré-sal. O derramamento de óleo provocado afetou todo o ecossistema marítimo e pode causar a extinção de algumas

espécies. O descaso da petroleira com as leis do Brasil ainda pioraram a extensão do vazamento. Ao invés de recolher o óleo do mar, a Chevron resolveu espalhar o petróleo por meio de dispersão mecânica, o que causou o desastre ambiental. A produção no Campo de Frade foi interrompida este mês por causa do risco de novos vazamentos.

A Chevron e a Transocean (empresa subcontratada para realizar a perfuração) responderão por crime ambiental e falsidade ideológica porque entregaram imagens falsas do vazamento para as autoridades. O Ministério Público Federal chegou a mandar recolherem



os passaportes de 17 diretores da Chevron para impedir a saída deles do Brasil.

Essa ação criminal da petroleira americana só confirma a necessidade urgente de se reestatizar a exploração de petróleo no Brasil. Assim como ocorreu no Campo de Frade, toda nossa produção de petróleo está à mercê de grupos multinacionais, que exploram a riqueza do país apenas em nome do lucro. O que fica é um rastro de destruição.

Para evitar condenação milionária, Petrobras inicia campanha contra discriminação no ambiente de trabalho

A Petrobras fez acordo com o Ministério Público do Trabalho de São José dos Campos para não ser condenada em R\$ 500 milhões por causa da perseguição e discriminação aos trabalhadores terceirizados.

A empresa já começou a veicular a propaganda, mas

não deixa claro que ela perseguiu e discriminou trabalhadores terceirizados, que ela discrimina e persegue trabalhadores que não se curvam aos desmandos das chefias, que ela foi obrigada a reconhecer a perseguição.

É isso o que tem que ficar claro! A conclusão é que a

Petrobras, por intermédio de gerentes e alguns supervisores e empregados, persegue e discrimina trabalhadores e foi obrigada pelo MPT a veicular esta propaganda, que é bonitinha, mas não diz nada com nada. É totalmente impessoal e evasiva.

Petrobras segue acidentando petroleiros

Só na Bacia de Campos, foram 1.606 acidentes em 2011

O número de acidentes no Sistema Petrobras continua impressionando. E mais do que impressionar, revela o risco iminente de acidentes e mortes imposto a toda a categoria.

A lógica do lucro acima de qualquer coisa tem contaminado o meio ambiente, ceifado vidas e lesionado a saúde de milhares de outros trabalhadores. Levantamento publicado recentemente pelo Sindipetro/NF mostra que só na Bacia de Campos, no Norte Fluminense, foram 1.606 acidentes só no ano passado. Isso porque a subnotificação ainda esconde muitas ocorrências.

Esse número é uma atrocidade e deve ser visto com preocupação pelo governo federal, pelo Ministério do Trabalho, pela Secretaria Regional do Trabalho, pois é algo absurdo.

É horrível como as autoridades lêem e ouvem esses números como se fossem apenas uma estatística de um levantamento qualquer, o que não é!

Neste mesmo período, em 2011, houve duas mortes

de terceirizados na Revap. No total, perdemos 17 trabalhadores no sistema Petrobras no ano passado, três primeirizados e 14 terceirizados, totalizando 311 mortes na empresa desde 1995.

A política de SMS da empresa é ineficiente e a pressão da chefia no local de

contratante em tratar seus empregados, sendo obrigada pela chefia imediata a ir para área contaminada. A trabalhadora perdeu o bebê. A investigação ainda corre. A suspeita é a de que a presença de gás tenha ocasionado o aborto.

A situação é muito grave. Até quando vidas serão tomadas pela indústria do petróleo? A natureza do trabalho nas unidades da Petrobras torna o ambiente de trabalho uma panela de pressão prestes a explodir.

É com essa realidade que governo, a direção da empresa lidam, mas fazem de conta que tudo está uma maravilha. Só sabem fazer propaganda do pré-sal e endeusar os lucros da companhia, mas não citam as vidas perdidas no Sistema Petrobras.

Vale lembrar que casos de vazamento e acidentes com petroleiras estrangeiras, como o caso da Chevron, não representam apenas tragédias ambientais, perda de produção e de lucro. Há vidas envolvidas aí para sanar esses acidentes e essas vidas devem estar acima de tudo. Nós temos que lutar para isso!

VOLTE AO TRABALHO!



trabalho, muitas vezes, ignora a segurança. O trabalhador não tem o direito de recusa respeitado. Foi o que ocorreu recentemente com trabalhadora terceirizada. A companheira avisou que estava grávida de três meses, mas não pode exercer o direito de recusa pela truculência do setor da empresa contratada e

Comissão Regional do Benzeno

A próxima reunião da Comissão Regional do Benzeno ocorrerá no dia 4 de abril, às 9h, na Secretaria de

Saúde de Cruzeiro. A pauta do encontro será: informes da reunião nacional, a visita técnica da Revap/Tevap, as

ações com relação aos postos de gasolina e a eleição para a nova diretoria da Comissão.

SINDIPETRO – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo

Rua das Azaleas, 57 Jd. Motorama São José dos Campos/SP CEP: 12224-060 Tel. (12) 3929-7188 Fax: 3902-7003

www.sindipetrosjc.org.br e-mail: sindipetrosjc@uol.com.br Textos, edição e diagramação: Emerson José MTB: 31.725